



A COMPREENSÃO DE UMA ‘MODERNIDADE PEDAGÓGICA’ ATRAVÉS DO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE (1919-1950)

Vivian Galdino de Andrade
vivetica@hotmail.com
(UFPB)

Resumo

Fruto de uma pesquisa ainda iniciante para tese de doutoramento, este artigo busca refletir sobre a modernidade pedagógica em Campina Grande, tomando o Instituto Pedagógico Campinense (IPC) e seus entrelaçamentos com a história da cidade de Campina Grande como exemplos para reflexão de um cenário educacional. Criado em 1919, o IPC é uma escola particular, que foi dirigida pelo tenente Alfredo Dantas. Além dos moldes militares, seu projeto de educação estava permeado pelo ícone do moderno, com vistas a educar as sensibilidades dos sujeitos sob as condições históricas que atingiam a cidade na época. Em torno de problematizar a cultura e o cotidiano escolar desta instituição, nos guiamos pelas discussões propostas pela Nova História Cultural, que dirige sua atenção para o estudo dos objetos da cultura em sua materialidade, restabelecendo os processos implicados em sua produção, circulação, consumo, práticas, usos e apropriações. Como recurso metodológico lançaremos mão de alguns jornais produzidos no período, como também da Revista Evolução, periódico criado pelo próprio Instituto. Com estes acervos pretendemos cartografar os sinais e os vestígios que a instituição foi deixando ao longo das décadas, até o ano de 1950, quando ela muda de razão social e passa a se chamar Colégio Alfredo Dantas. É na perspectiva de refletir suas práticas escolares e os valores produzidos e circulados por esta instituição que propomos este artigo.

Palavras-chave: Modernidade. Modernidade pedagógica. Campina Grande. Instituto Pedagógico.

O contexto dos anos de 1920 e as décadas posteriores a ele tem sido estudado recorrentemente pela historiografia brasileira, por ter sido marcado nacionalmente por um período de modernização e revolução no Brasil. Embora os novos ares modernos tenham esboçado nas cidades a ideia de “evolução”, “progresso”, “luminosidade” e “racionalidade” inúmeros são os descontentamentos que esta nova projeção da *urbs* desenhou. Ao instituir a aversão a quase tudo que estivesse relacionado com o rural, o anti-higiênico e o anti-científico, o discurso moderno produziu símbolos calcados na negatividade do tradicional, estabelecendo-o como um inimigo do ser atual. Outras narrativas também atestam a doença da cidade moderna, os odores e dissabores causados pela existência de epidemias e cortiços, na presença de mendigos e prostitutas que “enfejavam” as ruas citadinas.

Na Paraíba, a ideia de modernidade atrelava-se menos aos cenários urbanos com um cotidiano frenético e agitado do que as novidades técnicas que vinham do estrangeiro e que passavam pelo imaginário como traços e símbolos de modernidade. Qualquer contato com um





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

desses símbolos modernos de valor universal significava uma conquista material, um marco moderno que considerava uma cidade como civilizada ou não. Apesar de uma projeção para o moderno em diversos aspectos, Campina Grande – cidade paraibana que demarca nosso recorte espacial - demonstrava ter uma educação em constante “atraso”. Inúmeros são os apelos encontrados em jornais e revistas reivindicando maiores investimentos na educação na cidade. Segundo o Anuário de Campina Grande (1925, p. 49), “...entre escolas publicas, estaduais, municipais e particulares, tem Campina Grande matriculadas apenas mil crianças, quando a sua população em idade escolar é aproximadamente de 5.000. Isto é unicamente na cidade, que possui 15.000 habitantes”.

Severino Cabral Filho, em sua tese “A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História” (2009), discute sobre a história da “rainha da Borborema”¹ através de fotografias, como um espaço que se configurou em urbano e moderno imageticamente. Ele destaca que esse ideário de modernidade propagado para Campina Grande poderia ser resultado de uma visão elitista, produzida pela camada rica e letrada da época que em busca de representar Campina como uma cidade moderna e em constante crescimento espacial e comercial, elaborou imagens com ares modernizantes para a cidade, retirando os ícones que a representariam como pobre e atrasada, como mendigos e prostitutas² nas ruas, prédios e casas com ares pitorescos e etc. Para Filho (2009, p. 32), estas imagens mais elaboradas (alteradas pelo olho do fotógrafo) produzidas para as cidades

[...] expressariam o ideário de uma modernidade fundada no progresso, no desenvolvimento e na civilidade elaborados pelas elites intelectualizadas, e nesses discursos, a pobreza e os pobres – associados ao feio, ao inestético – foram retirados de cena, num evidente projeto de exclusão social, e, quando aparecem, é como pitoresco ou na condição de antítese dessa modernidade.

¹ Alusão ao seu primeiro nome “Vila Nova da Rainha” e a sua localização geográfica, situada no Planalto da Borborema.

² Nascimento (2008) discute que a prostituição em Campina Grande em meados da década de 1930 era bem significativa, tomando-se um empecilho para o projeto civilizatório e urbano pelo qual passava a cidade (como também os grandes centros, como Londres e Paris). Por isso, seria necessário elaborar formas de combatê-la. Para a autora 1. o exercício da fé, através da Igreja; 2. o exercício da mente, através da educação e 3. o exercício do exemplo, através do lar, constituíram estratégias utilizadas para prevenir as moças e as mulheres deste “mal”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Tais ícones modernos apresentados em vários estudos sobre a cidade campinense partem das novidades que se materializam nos equipamentos urbanos, como por exemplo, nos transportes e comunicações. Vistos na existência de sistema telegráfico, telefônico, ferroviário, etc.; na adoção de equipamentos de higiene, como os sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada; e na construção de prédios e logradouros públicos destinados ao lazer, como parques, praças ou passeios públicos estariam os símbolos da modernidade em Campina Grande (ARANHA, 2005). Nestes aspectos a educação parecia não está contemplada.

A instrução em nosso paiz é ainda cousa sem firmeza, sem equilíbrio e sem nenhuma orientação precisa. Os nossos governos, que gastam fabulosas sommas em cousas que não trazem nenhum melhoramento collectivo, têm fechado os olhos ao problema da instrução publica, concorrendo, dest’arte, para que o brasileiro seja fraco, inefficiente, incapaz de formar a grandeza de sua nacionalidade, dentro das proprias possibilidades das riquezas naturaes de seu paiz. (...) só veremos implantada em nossa pátria a confraternização nacional pela instrução de seu povo, - transformando todas as casas de jogos e todos os antros deletérios destinados à corrupção, em escolas, onde a juventude aprenda a desenvolver-se nos princípios bemfazejos do verdadeiro patriotismo. (Anuário de Campina Grande de 1925, p.47).

Para refletirmos sobre este projeto de urbanização e modernização das práticas pedagógicas em Campina Grande e a educação para uma sensibilidade moderna que tomava a cultura escolar³, nos utilizaremos do Instituto Pedagógico Campinense (IPC). Ele foi uma destas escolas da rede particular, que trazia a suposta marca da modernidade; é considerado a mais antiga escola de Campina Grande, no estado da Paraíba, ainda em funcionamento. Fundado pelo Tenente Alfredo Dantas Correia de Góes⁴, em 17 de fevereiro de 1919, funcionou, no início, na rua

³ Júnior & Pessanha (2005, p.76), define cultura escolar como: “...um conjunto de aspectos institucionalizados que caracteriza a escola como organização; a cultura específica de um estabelecimento escolar; a cultura de um conjunto de estabelecimentos em comparação com outros (por exemplo, escolas rurais e faculdades de direito); a cultura de uma área territorial determinada; a cultura do mundo acadêmico em geral em comparação a outros setores sociais.

⁴ Alfredo Dantas Correia de Góes nasceu em Teixeira (PB) em 17/11/1870, filho do Dr. Manoel Dantas Correia de Góes, presidente interino da Paraíba em 1889. Faleceu em 19/02/1944 de câncer. Casou-se com Ana (Yayá) de Azevedo Dantas. Tenente do Exército, reformado, fundou o Instituto Pedagógico em 1919, que se destinava ao ensino dos cursos primário e secundário para ambos os sexos e, em 1936, criou o “Ginásio Alfredo Dantas”. Diretor, junto com Manoel de Almeida Barreto, do jornal Comércio de Campina em 1932. Fonte: Memorial Urbano de Campina Grande (1996). Exerceu sua atividade como militar na Revolução de Dantas Barreto, em Pernambuco. Atualmente a cidade de Campina Grande possui o Colégio Alfredo Dantas, uma rua e uma praça com o mesmo nome do Tenente.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Barão do Abiaí, sendo transferido nos anos de 1930 para a rua Marquês do Herval, prédio municipal cedido pelo presidente João Pessoa, antiga sede do Grêmio de Instrução Campinense. Neste período amplia suas instalações físicas e funda as chamadas “Escolas Anexas”, nas quais passaram a funcionar a Escola de Instrução Militar General Pamplona (incorporada ao Tiro de Guerra Nacional), mais conhecida como Escola de Tiro 243, e o Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores após 1932, tornando-se o primeiro Estabelecimento Secundário que conferiu títulos técnicos profissionais no interior da Paraíba. Oferecia desde o curso Primário e de Preparação aos secundários, ministrados pelas escolas oficiais, como os cursos Comercial e Normal⁵. Só em 1943 é que passa a denominar-se Ginásio Alfredo Dantas (pela criação do curso ginásial⁶) e em 1950 passa a ser reconhecido pelo atual nome, Colégio Alfredo Dantas – CAD, demarcando o fim do marco temporal que apontamos para este artigo.

O Instituto Pedagógico: um espaço educacional de modernas práticas pedagógicas?

Dos poucos estabelecimentos de ensino que temos no interior do Estado, é o “Instituto Pedagógico” o melhor conceito e que cumpre rigorosamente os métodos de ensino mais modernos. Fundado em 1919, vem em constante progresso, quer no melhoramento de seu prédio e mobiliário, quer no aperfeiçoamento da instrução. Mantém os seguintes cursos; Normal, Commercial, Gymnasial, Militar, Primario e Infantil. Além dos citados cursos, mantém ainda as aulas de piano, costura, bordado, pintura, musica, flores e gymnastica, todas sob a direção de competentes profissionais. O internato funciona na própria residência do director, gosando assim os internos de assistência familiar. O externato remodelado a capricho e com todos os requisitos da hygiene escolar, oferece aos alumnos e professores, todo conforto necessario. Seus vastos salões em numero de dez, são bem arejados, illuminados e sufficientemente mobiliados. Entre os pavilhões que compõem o prédio existe um grande pateo destinado ao recreio e aulas de instrução physica. Nelle estão localizados os campos de Volleyball, Basket-ball e peteca, caixão de pulo, barra fixa e outros aparelhos de gymnastica. O Volley-ball é treinado com entusiasmo pelas normalistas e alumnos de outros cursos. O curso militar, destinado a preparar os jovens para a defesa da Patria, muito util tem sido aos campinenses, pois, centenas de moços têm obtido a caderneta militar de

⁵ Este curso Normal foi criado no Instituto em 1928, e se equipara à Escola Normal do Estado pelo Decreto nº 1615, de 9 de dezembro de 1929. Em homenagem ao presidente, passou-se a chamar Escola Normal João Pessoa, conferindo títulos de professoras diplomadas.

⁶ Reconhecido pela Portaria Ministerial nº305 de 25/05/1943.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reservista, ficando assim aptos para exercerem empregos federaes e isentos do sorteio militar. (Jornal Brasil Novo, 1931, p. 6).

O Instituto Pedagógico era muito bem conceituado no Estado. Teve sua imagem construída pelos diversos veículos jornalísticos, tanto os de livre circulação estadual, como também aqueles em que o Tenente Alfredo Dantas fazia parte como membro, como foi o caso do ‘Jornal O Comércio’ (1932), ou através de periódicos, do qual foi financiador – a ‘Revista Evolução’⁷ e o ‘Evolução Jornal – Órgão para formação de novas idéias (1934)’, estes últimos de responsabilidade editorial do próprio Instituto Pedagógico. A Revista Evolução, fonte que nos utilizaremos aqui, era um periódico produzido pelos próprios professores e alunos do Instituto, editado para ser um espaço pedagógico de circulação de ideias. Nosso objetivo ao lançar mão destes impressos está em discutir suas possibilidades de produção, não adentrando no campo de sua veracidade, mas tratando-o como um documento/monumento, que segundo a concepção de Le Goff (2003, p. 535-536) “não é qualquer coisa que ficou do passado, é produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder”.

Nos primeiros fascículos da ‘Revista Evolução’, há o esclarecimento aos leitores sobre os seus objetivos:

Não nos móve interesse ímprobo, nem compensações amoedadas, ou queijandas veleidades. Um êsmo unico: - fazer algo de util e agradável a bem da comunhão intelectual da terra em que vivemos. E’ que existe em C. Grande, quem poderá nega-lo – dentro e fora do magistério, valioso núcleo de espíritos com capacidade para dinamizar o progresso das letras. Muitos dêles, mercê de circunstancias aleatórias, vegetam na penumbra, sem ambiente propicio que lhes dê oportunidade á divulgação de suas idéas”. (...) Reunir todos os elementos intelectuaes da terra, da-lhe acolhida fraterna, congregá-los sob a égide vexilaria da <Evolução> - tal é o nosso côpo para maior relêvo desta cidade *leader*. (Revista Evolução, ano 1, N^o)

A revista pedagógica, enquanto uma fonte histórica, é estudada por Martins (2001) como um lugar onde se matizava a realidade, se conciliava as diferenças e se atenuava as contradições, conformando o público leitor. A autora enfatiza que ao utilizar a revista pedagógica como objeto de análise é preciso indagar a que ela se deve e a quem se destina. A Revista Evolução era um

⁷ Em todos os fascículos encontrados (1 ao 9) existem fotos de personagens importantes nas capas, como interventores, médicos, professores renomados e políticos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

periódico bi-semanal de ampla difusão, apesar de ser editada pelo corpo docente do Instituto e de trazer nomes e relatos de seus alunos, ela se destinava a sociedade em geral. Tinha como redator chefe professor Manoel Almeida Barreto⁸, que junto com o tenente Alfredo Dantas também era responsável pela redação do Jornal O Comércio de Campina, fundado em 1932.

Era desta forma que a “nova” realidade moderna esboçada para Campina Grande adentrava a sociedade a partir da escola. A Revista Evolução será considerada por nós como um “documento-revista”, um “conjunto lúdico irresistível, que reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos” (MARTINS, 2001, p.17), conteúdos de grande carga de historicidade, uma forma textual sensível de se refletir sobre o passado. Os fascículos encontrados permeiam as décadas de 1920 e 1930, e trazem em seu conteúdo dados do cotidiano do Instituto, que abordam desde artigos a textos elaborados pelos próprios alunos, charadas, notícias, propagandas e conselhos.

Nestes fascículos poderemos problematizar a cultura escolar, pois como nos aponta Faria Filho (*apud* BENCOSTTA, 2007, p.195), ela nos permite articular todos os elementos que compõem o fenômeno educativo escolar, sendo uma “forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares”. Além dos casos que relata, de questões pedagógicas que enuncia, a Revista também traz um teor político. Marcadamente apoiadora de João Pessoa, a Evolução convoca seus leitores a ampararem a causa de Getúlio Vargas e a eternizarem a memória do “mártir” João Pessoa, fato este visível na escolha do nome da Escola Normal, escola anexa do Instituto.

⁸ O professor Manoel de Almeida Barreto nasceu em Canguaretama, em 10 de janeiro de 1886. Filho de Manoel Rodrigues Barreto e Cândida de Almeida Barreto, aos 10 anos ficou órfão. Foi, então, criado por um tio que era Bispo. Chegou a ser ordenado padre, mas desistiu da vida sacerdotal. Foi professor em Mossoró e em Natal. Em 1927 passou a residir na cidade paraibana de Campina Grande, onde criou seus 3 filhos e dedicou-se ao magistério em diferentes educandários da cidade. Também foi maçom. Chegou a assumir, interinamente, o cargo de Prefeito, quando era secretário municipal campinense. Depois de 42 anos contínuos de dedicação ao ensino aposentou-se em 1948. Faleceu em 16 de fevereiro de 1961, em Recife, mas foi sepultado em Campina Grande, onde existe uma rua em sua homenagem.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Tal patriotismo/civismo é discutido por Nunes (2010). Segundo a autora, os (des)encantos da modernidade pedagógica enfatizava que muitos destes valores modernos se assemelhavam aos valores patrióticos defendidos pela recém república instaurada. Estes traços não são difíceis de serem identificados no IPC, a começar pelos próprios signos trazidos no hino da escola⁹:

Quando alegre e felizes marchamos/Sob o azul deste céu impoluto/ Sem querer a sorrir exaltamos/ O áureo nome do nosso Instituto/ Há do livro ser a couraça/ E a caneta há de ser o fuzil/ Para a glória eterna desta raça/ Que é o orgulho do nosso Brasil/

Ó bravos filhos do Norte/ A Pátria quer nosso tributo/ Nosso ideal excelso e forte/ É ver a glória do Instituto/ Se a nossa vida é uma liça/ É mister tudo assim vencer/ só poderemos ter justiça/ Com a luz sublime do saber/ Não podemos perder um minuto/ Precisamos lutar e vencer/ Para a glória nosso Instituto/ Excelso templo de imortal saber/ Somos filhos das plagas do Norte/ E vivemos à luz do cruzeiro/ Defendendo tal qual o mais forte/ O auriverde pendão brasileiro/

Honraremos o nosso Instituto/ Propaganda sem trégua a instrução/ Pois o nosso sublime reduto/ Diz que o estudo é a melhor diversão/ O Pedagógico é uma grande oficina/ Ao clarão da áurea luz do saber/ Quem estuda há de ter disciplina/ Para um dia cumprir seu dever. (Hino do Instituto Pedagógico, DINOÁ, 1993, p. 245).

Para Silva (2010), os princípios contidos no hino refletem bem o período de controle social, da normatização da família, do controle da taxa de natalidade, da moralização da mulher e do casamento, da eugenia, da higiene, com uma interligação entre as esferas do estado e da educação, bem próprios do Estado Novo (1937-1945). É a partir dele que a idéia de segurança nacional se apresenta mais contundente e, para esse dever do Estado enquanto produtor dessa segurança, o governo se utiliza da escola como ferramenta para esta empreitada.

A imagem de virtude projetada no hino e na proposta pedagógica da escola, baseada nos ideais republicanos, definia o modelo de aluno que se queria formar, perpassando desde a arquitetura da escola, sua infraestrutura, o currículo dos cursos oferecidos e a formação dos docentes que atuavam. Para Nunes (2010, p.376), o país estava marcado por um corpo doente, repleto de vícios sociais e iniquidades, de um “‘lado moderno’ de um contexto antidemocrático, lutas que não acarretaram a modernização das relações políticas no sentido que lhes atribuem os liberais, mas que... reforçaram a posição centralizadora do Estado...”; à escola estava o papel de

⁹ Este hino do IPC se assemelha com a letra do hino do Colégio Pedro II, considerado modelo de escola para o país.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sanar alguns destes malefícios, se projetando como uma extensão do lar. Almejava-se da escola um “estado de espírito moderno”.

O IPC se desenhava socialmente como uma instituição particular capaz de responder/normatizar a algumas destas necessidades em Campina Grande. As escolas particulares também eram utilizadas como veículos de propagandas políticas, marcando uma nova feição urbana para a cidade. O diretor do IPC, o tenente Alfredo Dantas possuía estreitas relações com os representantes políticos do Estado; os volumes da Revista Evolução trazem em sua capa e em seu conteúdo desde entrevistas e fotos com personagens políticos e interventores à campanhas de auxílio e defesa da causa de João Pessoa, lembrando o episódio que levou a Revolução de 1930.

O Tenente Alfredo Dantas constituía a própria identidade do Instituto, sendo colocado pelos memorialistas como um iniciador das letras, um homem ilustre que contribuiu para o melhor desenvolvimento da cidade. Ele tinha “o contorno lendário de uma personalidade com duas vidas, apresentando seus contrastes e confronto: - a do militar e a do educador. Ambas aparentemente distintas, porém, na realidade, idênticas” (Revista Evolução, N°3, Ano 1). Essa identidade de militar e de educador o fez levar para a escola a defesa dos valores morais, “Para se ser militar, ou educador, faz-se necessário sorrir ante a adversidade, ter animo sereno para não desviar-se da rota que se traçou”.

Apesar de não ser uma escola estritamente oficial do exército, mas de possuir uma identidade múltipla, pois formava para muitas áreas, por ser comandada por um tenente trazia matizes militares. Parte da historiografia brasileira superestima a dimensão disciplinar que teria marcado o advento das cidades modernas no Brasil, pois, mais do que a universalização dos chamados valores modernos, encontram-se tensões e múltiplas leituras da sua institucionalização. Este projeto de modernidade que discutimos aqui lembra as premissas do Positivismo, que em fins do Império e início da República no Brasil projetou ares para a constituição de uma nação moderna, baseada na ordem e no progresso. Neste contexto se deu o golpe militar que instaurou a primeira república no Brasil, não alterando as bases de sua estrutura social, mas demarcando a fronteira de um “novo” tempo, inclusive para a escola.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Desde o séc. XVIII que os oficiais do exército atuavam como professores. Eles eram requisitados pelo Estado devido a sua qualificação intelectual e ao auxílio que prestavam nas iniciativas monárquicas. Alves (2012b) anuncia que a primeira escola criada no Brasil situava-se dentro do Arsenal do Exército e estava a cargo da Repartição dos Negócios da Guerra. Tal repartição solicitava a Corte o envio de soldados, difundindo entre eles o método mútuo¹⁰, para que eles se tornassem professores. Este fato demonstra como os oficiais do exército eram considerados aptos a desempenharem a função de professores, muitas vezes eram convocados a organizar compêndios e dominar métodos de ensino.

O diretor do Pedagógico formou o seu espírito num ambiente de disciplina e de bravura. Aluno da Escola Militar, ao tempo em que Marechal de Ferro consolidava a República, era êle da guarda juvenil dos cadêtes que formavam o cordão sanitario em torno do Marechal, para salvar a jovem Republica. Firmeza, lealdade, decisão, pontoalidade, - eis o traço vivo da vida do galvanizador republicano, actuando no espirito daquela centuria de mancebos decididos, para a vida e para a morte, ao lado de Floriano Peixoto. (Revista Evolução, N°3, Ano 1)

Ainda no século XIX há a institucionalização do exército como força nacional. Neste período um duplo movimento se esboça: primeiro a consolidação de áreas pedagógicas no interior do exército, e segundo a inserção do próprio exército, através da atuação docente, na educação escolar. Para Alves (2012b), a intelectualidade do séc.XIX pensava o exército como o grande educador da nação. Nas primeiras décadas da república, o tenente Alfredo Dantas era símbolo do laço estreito que unia o ser militar e o ser professor em Campina Grande, estando o Instituto como o lugar de formação do cidadão brasileiro. Para Agra do Ó (2006, p.18) “eram caminhos prontos que se apresentavam aos campinenses, e não caminhos por construir: o real, pensava-se aí, estava dado e a única participação dos sujeitos históricos seria decidir que rumo deveria tomar”.

Movido pelo ar de desenvolvimento que propagandeava Campina em 1918, principalmente pela recente instalação da energia elétrica, foi que Alfredo Dantas resolveu abrir a primeira escola-

¹⁰ O método de ensino mútuo se dava na prática: “os alunos de toda uma escola se dividem em grupos que ficam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruem a seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre horas antes. Estes alunos auxiliares se denominam monitores. Tal método de ensino mútuo tem como característica principal o fato de utilizar os próprios alunos como auxiliares do professor. Fonte: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_mutuo2.htm





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

residência, destinada apenas ao curso primário e secundário, que no início abarcou quarenta alunos, recepção tida como de boa acolhida para ele, uma vez que a cidade (e também o estado) enfrentava problemas com o denso número de analfabetos¹¹. O Instituto acabaria se promovendo, com o passar do tempo, como um local de erradicação do analfabetismo campinense. Segundo o ‘Evolução Jornal’, de 17 de junho de 1934: “Dispondo de um corpo docente, que honra a instrução neste Estado, e com aproximada chegada do gabinete de física e química, esse acreditado estabelecimento, aparelhado na verdadeira acepção da palavra, atingirá ao pináculo da glória, como desbravador do analfabetismo nesta Cidade - caminho do alto sertão do nordeste brasileiro”. Tal modernidade pedagógica, aliada a um corpo de professores¹² “eficientes” munia o Instituto como um dos mais respeitados educandários da cidade.

A modernidade pedagógica, *a priori*, pode ser discutida a partir do que nos coloca Silva (2010), como uma forma do fazer educacional que se reflete na junção de cinco elementos, quais sejam: prédio (organização do espaço escolar), leis (organização do ensino), cientificidade (formação docente), integralidade (visão do educando) e intuitividade (metodologia de ensino). Ainda neste âmbito, Nunes (2010) cita o projeto de uma escola ideal, pensada pelo Major Vidal, e aponta a metáfora do corpo trazida por ele, que compara a escola a um corpo que deve ser saudável: respirando bem pelos dispositivos de circulação de ar que devem existir na escola; enxergando bem através de uma boa iluminação; se locomovendo bem pelas atividades de exercício bem desempenhadas; tendo um espaço bem higiênico pelo bom uso e limpeza; que trabalhe com as noções de ordem e asseio, através das normatizações e do controle disciplinar. Considerando estes preceitos, Buriti (2009) menciona o relatório elaborado pelo Diretor de Instrução Pública da Paraíba João Alcides Bezerra Cavalcanti, que foi apresentado em 1921 ao Presidente de Estado Solón de Lucena, atestando as prescrições para o bom funcionamento do “corpo da escola” no estado paraibano:

¹¹ Segundo o Anuário de Campina Grande (1925, p.49), “...entre escolas publicas, estaduais e municipais e particulares, tem Campina Grande matriculadas apenas mil crianças, quando a sua população em idade escolar é aproximadamente de 5.000. Isto é unicamente na cidade, que possui 15.000 habitantes”.

¹² O corpo docente do instituto estava composto dos seguintes professores: tte. Alfredo Dantas, prof. Almeida Barreto, drs. Severino Cruz, José Tavares, Manoel Coutinho, Elpidio de Almeida, Octavio Amorim, João Tavares, Severino Pimentel, prof. Santiago, professores Francisquinho, Herundina Campello, Queteria Campello, Cisenia Galvão, Esther Dantas. A parte militar está a cargo do instrutor Moysés Araujo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os prédios (...) deverão ser construídos: a) em terreno sêcco e permeavel; b) numa area nunca inferior a 1.000 m²; c) fóra do alinhamento das ruas; d) longe do ruído das oficinas e dos centros muito movimentados; e) inteiramente livres de quaisquer outros edificios e de modo que os raios solares tangenciando a parte superior dos vãos das janellas e portas cheguem ao extremo opposto do piso; f) com um aparelho sanitario e um lavatório pelo menos, para cada grupo de 30 alunos; g) expostos ao nascente; h) com elevação nunca inferior 0,60m e o piso perfeitamente impermeabilizado e livre de restas que concorra para o accumulo de sugidades; i) com os cantos das paredes e alizares tanto inferiores como superiores arredondados; j) com distribuição de luz unilateral ou bilateral, neste caso a luz deve ser indirecta; l) com tres salas para as escolas isoladas, seis para as escolas reunidas e nove para os grupos, cada uma com capacidade para trinta alumnos; m) com janellas a caixilhos dispostos de forma que abertas aquellas não determinem perda de espaço interior; n) com material de lei; o) com um compartimento para directoria e archivo; p) com area descoberta para recreio; q) pintados de cores neutras, de preferencia azul ou verde claro; r) com fossa aseptica, nas localidades onde não hover esgottos”. (In: Jornal O Educador, Anno I, número I. Parahyba: 1º de novembro de 1921 apud BURITI, 2009, p.10)

Para o Anuário de Campina Grande (1925, p.53), o Instituto Pedagógico mantinha “hygienicas e adequadas accomodações”. Esta projeção “ideal” da escola simbolizava não apenas uma reforma estrutural concreta, mas também uma reforma disciplinar do corpo. Vago (2010) aborda que a escola é um lugar de intervenção deliberada e intencional, que principalmente durante a invenção da “modernidade”, o processo civilizador vem tomando o corpo como o centro da normatização; era preciso dotar o corpo de bons modos, de condutas adequadas que dessem forma/ordem ao corpo social. A reforma estaria em dá uma outra forma ao corpo, em “Disciplinar os sentidos, as sensações, os gestos, a sexualidade – fazer o corpo aprender e a exhibir recato, pureza, limpeza. Aprendizagem da contenção, domínio dos excessos – essa, a “arte de instruir criança”. (p.89)

A partir de 1924, o Instituto Pedagógico Campinense se transfere para um novo prédio edificado pelo próprio tenente, localizado na mesma rua Barão do Abiaí. Com esta nova instalação, suas atividades são ampliadas, agora sediando também o internato. Nesta fase, o Instituto apresentava “dotado mobiliário escolar, material didático e pedagógico, (...) adaptado às condições higiênicas e pedagógicas” (Revista Evolução, N°1, Ano 1). Em 1928, recebeu aprovação oficial do governo para funcionamento, sendo considerada uma instituição de utilidade pública pelo Conselho Municipal Local, pois detinha uma finalidade profissionalizante. Seu status lhe





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

garantiria apoio financeiro vindo do próprio Estado. “O problema da instrução para os centros populosos, como sejam cidades de vida comercial e industrial, vai sendo resolvido como em Campina Grande, já pelos institutos oficiais, e momermente pela iniciativa particular estimulada pelas subvenções que o governo lhe dá”. (Revista Evolução, N° 8 e 9, Ano 1). Tais subsídios auxiliaram a permanência e manutenção do Instituto, uma vez que as mensalidades dos alunos não eram pagas regularmente.

Uma instituição dita laica, que condenava o ensino religioso, educava seus sujeitos dentro de um projeto nacionalizante, com ideais militares. Seu corpo docente estava formado por várias normalistas, médicos e sargentos. A presença de médicos na escola obedecia a um chamado nacional, tendo em vista o processo de higienização pelo qual passava o Brasil à época. Para Buriti (2009, p.10),

Nas décadas de 20 e 30 (século XX), as reformas educacionais celebravam um “tempo novo” para o Brasil, ganhando cada vez mais visibilidade o discurso médico e sua inserção no âmbito das instituições públicas, sendo a escola uma das cartografias que em muito recepcionou a narrativa médica. Em nível estadual, foi publicado, em 1917, o Regulamento sobre a Instrução Pública na Parahyba do Norte, que, juntamente com as reformas empreendidas pelos presidentes Camilo de Hollanda, (1916-1920), Solon de Lucena (1920-1924) e João Suassuna (1925-1929), regulamentaram a organização da instrução pública e contribuíram para criar um novo perfil para as escolas do Estado. As Reformas consistiam, muitas vezes, de revisão do conteúdo curricular, novos procedimentos administrativos e ampliação do sistema escolar nas zonas urbana e rural. À frente da Reforma de 1917, estavam intelectuais que lutavam pela melhoria do ensino no Estado, a exemplo de Francisco Moura (diretor da Instrução Pública); Monsenhor Odilon Coutinho (diretor do Lyceu Parahybano); Dr. Manuel Tavares (da Escola Normal e do Lyceu Parahybano); Celso Affonso Pereira (Inspetor do Ensino Noturno), além dos professores Sizenando Costa e José Coelho; e João Alcides Bezerra (Inspetor Geral do Ensino). A exemplo do que ocorria em todo o Brasil, os reformadores educacionais que expandiram o sistema escolar na Paraíba não eram apenas pedagogos. Conforme Dávila, poucos tinham treinamento pedagógico. Eram médicos e cientistas sociais atraídos pela perspectiva de utilizar a educação como espaço para a ação social.

O método do diretor tenente era concebido como rígido, mas pouco violento, sendo a palmatória utilizada apenas no começo dos anos 1920 e logo após extinta. Ele exigia disciplina até no vestir. “Os alunos tinham que estar bem-limpas para poderem ter acesso ao colégio. (...) Só a presença dele imprimia respeito. Bastava olhar, que todo mundo o respeitava. (...) Ele tinha um





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

método puchado ao militar, principalmente na farda. (...) Para ele quase não existiam horas de folga. O colégio era a própria vida dele” (Ester Azevedo, In DINOÁ, 1993, p.247). Tais preceitos conferiam o significado de “colégio disciplinado”, “símbolo do dever e da justiça” ao Instituto. O método era denominado como intuitivo e aparece em alguns momentos da ‘Revista Evolução’ como características de uma escola ativa, descrevendo os modos como os alunos deveriam pegar nos livros, se vestir e cortar seus cabelos. Desta forma estes alunos poderiam “...conhecer um mundo novo, um reino encantado cujas as fadas das letras lhes revelariam os segredos” (Revista Evolução, N° 3, Ano 1).

Como atividades culturais tinham o teatro, exposição de artes plásticas, trabalhos manuais e prendas domésticas (richelieu, bordado (matis e branco), desenhos e pontos diversos) música e canto orfeônico para as alunas da Escola Normal João Pessoa. Tais atividades ganhavam status de eventos culturais na cidade, e arrecadavam finanças para o recém implantado Hospital Pedro I¹³. As apresentações/exposições se davam no Cine Teatro Apolo¹⁴ e eram cobertas pelos veículos jornalísticos do município, sendo divulgadas também pela Revista Evolução. A banda feminina do colégio Alfredo Dantas foi a primeira a existir na cidade. No artigo **“Uma festa de arte dos alunos do Instituto Pedagógico”**, presente na Revista Evolução (N°3, Ano 1), “todas as festas promovidas por aquêlê educandario, se revestem de miríficos encantos, que põe em relevo o grau de cultura daquele ambiente há distinção e expressivo gosto pela educação moral e intelectual dos educandos”.

A compreensão do cotidiano dos discentes e docentes enfatiza as sensibilidades provocadas por um tempo dito moderno e seus impactos na **cultura escolar**. Esse conjunto de práticas escolares interpretadas como culturais, denominaria o conceito de cultura escolar, que confere atenção às ações dos indivíduos em suas relações com os objetos culturais, postos como necessários para o funcionamento de uma aula, trazendo marcas da modelação das práticas culturais. Para refletirmos sobre estes aspectos, buscamos como suporte teórico-metodológico a

¹³ Criado pelo Dr. Severino Cruz, o Hospital Pedro I é um hospital marçom, ainda em funcionamento, que surgiu em 1932 (ano de inauguração).

¹⁴ Foi o primeiro cine-teatro da cidade. Localizado na atual Rua Maciel Pinheiro, surgiu em um amplo salão com fundos para a Rua Barão do Abiaí, sendo inaugurado em 26 de maio de 1912. Fruto dos anseios comuns do empresariado local e da elite que pretendia estabelecer na cidade um lugar onde fossem postas em prática as atividades artísticas, recreativas, econômicas e políticas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nova História Cultural, que dirige sua atenção para o estudo dos objetos da cultura em sua materialidade, restabelecendo os processos implicados em sua produção, circulação, consumo, práticas, usos e apropriações (BURKE,1992). Nossa escolha por esta abordagem foi permeada pela abertura dos meios que ela nos possibilita, nos auxiliando na reflexão de histórias, de práticas culturais e experiências cotidianas, de sujeitos antes considerados invisíveis na história, permitindo que enfatizássemos a cultura, o corpo e as sensibilidades presentes no processo de escolarização como fontes históricas que assinalam percepções sobre o passado. Neste âmbito, nos permite fazer um passeio pela história do corpo, pelas sensibilidades, pelas emoções que circulavam neste cotidiano escolar, sem necessariamente estar fugindo do foco de interesse da História da Educação.

Neste contexto descrito como incentivador de uma modernidade, a educação era uma engenhosa arma para “moldar” os sujeitos aos valores que conclamavam urbanização, estética e embelezamento. A escola assumia, neste contexto de turbulência, um papel redobrado na educação dos indivíduos, estando entre suas funções a formação escolar e o disciplinamento moral. No detalhar do cotidiano e dos discursos jornalísticos que se debruçavam sobre a instituição, nos deparamos com uma fala que contrasta os ares de uma modernidade pedagógica próprias do IPC. Após a morte do tenente Alfredo Dantas, a direção do agora Ginásio Alfredo Dantas passaria, em 1945, para as mãos do professor Severino Lopes Loureiro¹⁵, que era membro do corpo docente da instituição desde 1941. Segundo ele, esta escola desenhada e mapeada pelos impressos como moderna e bem estruturada não seria tão “moderna” assim:

O prédio era uma construção modesta, doado pela prefeitura ao tenente Alfredo, e não apresentava característica de um colégio e sim de um quartel, pois o tenente dispôs as salas e galpões no estilo militar. Em 1950 eu reformei o colégio,

¹³ Prof. Severino Lopez Loureiro e sua esposa Prof. Alcide Cartaxo Loureiro, foram os diretores que deram continuidade ao projeto do Tenente Alfredo Dantas. Ele, ainda solteiro, foi professor do Colégio Pio X em João Pessoa (1924), vice-diretor do Colégio Pe. Rolim e da Escola Normal de Cajazeiras (1925). Ela quando solteira, assumiu no Colégio das Irmãs Dorotéias, em Cajazeiras (1922), as cadeiras de Português e Prática de Ensino, mas ao casar-se (1925) foi demitida de sua função, obedecendo às regras daquela ordem religiosa, que não permitiam senhoras casadas no exercício do magistério. Filha do casal, Maria Lígia Loureiro Santos foi aluna do Insituto e a *posteriori* professora, vindo a dirigir o tal estabelecimento a partir da década de 1960.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dando-lhe uma unidade arquitetônica de estabelecimento de ensino. (Severino Lopes Loureiro, In DINÓIA, 1993, p.262)

Diante deste relato, percebemos que muito há, ainda, a ser discutido e escrito ao se pensar o Instituto Pedagógico Campinense, suas práticas e seu cotidiano escolar. O que sabemos e de antemão podemos afirmar é que o Instituto Pedagógico Campinense gestou novas maneiras de sentir e pensar, através de um dispositivo pedagógico que educou as sensibilidades e disciplinou o corpo, sendo convocado, junto com as demais instituições, a conformar seus sujeitos escolares aos novos valores dito ‘modernos’ que circulavam socialmente. É na defesa desta assertiva, ainda com muitos elementos a serem revistos, pesquisados e analisados que tentamos elaborar uma tese de doutoramento, que se encontra ainda em fase de construção, e que por isso mesmo está aberta aos diversos diálogos que podem ser travados neste caminhar teórico-metodológico sobre o Instituto Pedagógico Campinense e sua cultura escolar.

Referências

AGRA DO Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel*. Projetos de Educação, Projetos de cidades. Campina Grande (1959). Campina Grande: EDUFCG, 2006.

ALVES, Cláudia. *Militares e ensino secundário no séc. XIX*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/122.pdf>. Acesso em: 04/04/2012a.

_____. *A contribuição do exército à cultura escolar do Brasil no séc.XIX*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Claudia%20Alves/Clau dia%20Alves%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 04-04-2012b.

ARANHA, Gervásio Batista. *Seduções do moderno na Paraíba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas*. IN Ó, Alarcon Agra do (ET al). *A Paraíba no Império e na República*. Estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Idéia, 2005. (p.79-132).

BENCOSTTA, Marcus Levy (org). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. Itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

BURITI, Iranilson. *Alfabetizando a Rainha com o Bisturi do Progresso: aproximações entre o saber médico e a educação em Campina Grande (1919-1943)*, 2009. (Artigo ainda a ser publicado, S.N.T.)

BURKE, Peter (org.) *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*, v. I. Campina Grande: copyright, 1993a.

FILHO, Severino Cabral. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens*. Campina Grande: UFCG, 2009.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

FRAGO, Antonio Viñao. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GONDRA, José. Modelo higiênico e forma escolar da educação. In *Artes de Civilizar*. Medicina, Higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. (p.159-217)

JÚNIOR, Décio Gatti, PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. IN JÚNIOR, Décio Gatti,

FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (p. 71-90)

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista*. Imprensa e Práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

NASCIMENTO, Maria Isabel [et al.] (orgs). *Instituições escolares no Brasil - conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre. *O Doce Veneno da Noite: Prostituição e Cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: UDUFCG, 2008.

SILVA, Paloma. *(Des)alinhando alguns fios da modernidade pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande-PB(1919-1945)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

VAGO, Tarcísio Mauro. Reformas do corpo na escola. In FILHO, Luciano Mendes de Faria [ET AL] org. *Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. (p.81-129)

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

Periódicos e Jornais

Revista Evolução. Fascículos 1 a 9. Acervo Átila Almeida. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB

Evolução Jornal. Acervo Átila Almeida. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB

Anuário de Campina Grande, 1925.

Jornal Brasil Novo, 1931.

